

Inflação, desemprego e **COMBATE À POBREZA**

MARCELO NERI

Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

UM DOS TEMAS MAIS CONTROVERTIDOS DO debate político atual é a idéia de que o governo deveria promover um aumento da taxa de inflação buscando com isso ‘comprar’ uma redução da taxa de desemprego, já que a taxa de inflação estaria hoje em níveis historicamente baixos, enquanto as de desemprego em níveis próximos de seus recordes históricos.

Tradicionalmente, este tipo de questão tem sido fundamentado em estimativas empíricas da relação entre desemprego e inflação (curva de Phillips), sobre o qual existe uma extensa literatura para o caso brasileiro até meados dos anos 80. Se a curva de Phillips fosse mais inclinada, um dado aumento da taxa de inflação compraria apenas uma maior queda da taxa de desemprego.

Obviamente, o que é pequeno ou grande em cada variável depende de julgamentos de valor de indivíduos ou de partidos políticos. A proposta para incorporar julgamentos de valor ao problema é eleger uma função de bem-estar social explícita. Escolhemos a proporção de pobres. Com isso testamos empiricamente as implicações do dilema inflação *versus* desemprego (*trade-off*) em termos de prescrições de política econômica.

Em termos mais formais, a curva de Phillips representaria apenas a restrição que o gestor de política econômica enfrenta para maximizar uma dada função-objetivo, isto é, minimizar a pobreza. O resultado final do problema depen-

de não só da correlação entre inflação e desemprego, mas da estrutura de correlações dessas variáveis com a função-objetivo proposta. Por exemplo, um aumento da inflação pode produzir uma grande queda da taxa de desemprego. Entretanto, se a pobreza for muito sensível à inflação e pouco ao desemprego, essa política pode não ser adequada.

Outra questão relacionada com julgamentos de valor seriam os horizontes de planejamento dos gestores de política. Nas versões dinâmicas da curva de Phillips menos desemprego hoje compraria mais inflação não só hoje como no futuro. Isto ocorreria via mecanismos de formação de expectativas inflacionárias. Nesse sentido gestores de política econômica mais impacientes (ou mais míopes) privilegiariam mais o combate ao desemprego por darem menos peso aos efeitos inflacionários futuros herdados dessas políticas.

Analisamos os resultados de um modelo empírico que relaciona dinamicamente inflação, desemprego e suas fontes de inovação; e considera uma particular medida de bem-estar a proporção de pobres, para estimar empiricamente o modelo.

Nesta análise os efeitos das inovações operam por meio de dois regimes de funcionamento da economia: compromisso e descrição, conforme o chamado modelo de Barro-Gordon. No primeiro regime admite-se que os preços são fixados, *a priori*, e que a inovação da taxa de desemprego é parcialmente determinada por ela, o que corresponde à situação em que

a taxa de desemprego — e implicitamente o salário real — é determinada depois do nível de preços, situação denominada compromisso. Este regime englobaria o caso de metas inflacionárias críveis. O segundo regime é simétrico. Admite-se que a taxa de inflação é determinada depois de choques sobre a taxa de desemprego, denominado de discricção.

O Plano Real mudou o nível da taxa de inflação e pode ter alterado o padrão de funcionamento estrutural da economia, e portanto dos parâmetros do modelo. Por isto o modelo foi estimado separadamente para os períodos pré e pós-Plano Real.

Os dois regimes, neste modelo, são estatisticamente indistinguíveis, sendo necessário condicionar os resultados ao regime que consideremos mais adequado a cada período: discricção no pré-Real e compromissos no pós-Real. Entretanto, de maneira surpreendente, as estimativas dos dois tipos de regimes separadamente não mudam qualitativamente os resultados encontrados, como a tabela 2 ilustra.

A tabela 1 apresenta esta decomposição para a previsão 12 meses após o choque, com o modelo estimado para os dois períodos. Podemos ver que antes do Plano Real: i) a inflação e a taxa de desemprego flutuavam de forma bastante independente entre si. Choques nessas variáveis explicavam, respectivamente, 87% e 85% de suas respectivas variações; ii) o aumento inesperado da taxa de inflação respondia pela maior parte (60%) da flutuação do índice de pobreza. Após o Plano Real o quadro é completamente distinto; iii) o aumento inesperado do desemprego é a fonte mais importante para explicar a taxa de inflação (67%), mostrando a quebra da chamada inércia inflacionária e explica 98% do desemprego, mostrando um forte acirramento do fenômeno que pode ser denominado desemprego inercial. Isto é, desemprego explicado pelo seu próprio passado; iv) choques no desemprego explicam 80% do índice de pobreza. Os resultados estão consistentes com a opinião de que no pós-Real o combate direto ao desemprego é elemento-chave para o combate à pobreza. Esse tipo de resultado explica a mudança do foco do debate político entre as eleições de 1994 e 1998. Por outro lado, o recurso ao aumento da inflação impacta apenas 2% do desemprego e 3% da pobreza. Esses resultados, tomados a valor de face, indicam a inutilidade social da tese da conveniência de se aumentar a taxa de inflação da economia.

Os gráficos apresentados a seguir são as funções de resposta a impulso (FRI) que estão agrupados na mesma linha estimadas antes e depois do plano e com as duas hipóteses de identificação ($U|\pi$) ($\pi|U$). Em todos os gráficos a linha horizontal, quando presente, indica o efeito nulo, nos demais casos o efeito é sempre positivo.

No gráfico 1 podemos ver que até 1994 e no caso ($U|\pi$) o aumento inesperado da inflação promovia uma redução transitória da taxa de desemprego, o que daria sustento à proposta de aumento de inflação para a redução do desempre-

TAB. 1 – DECOMPOSIÇÃO (%) DA VARIÂNCIA DA PREVISÃO 12 MESES APÓS O AUMENTO INESPERADO DE INFLAÇÃO OU DE DESEMPREGO

	Pré-Plano Real – Discricção ($U \pi$)			Pós-Plano Real – Compromisso (πU)		
	Inflação	Desemprego	Pobreza	Inflação	Desemprego	Pobreza
Choque na inflação	87	15	60	33	2	3
Choque no desemprego	13	85	12	67	98	80

TAB. 2 – DECOMPOSIÇÃO (%) DA VARIÂNCIA DA PREVISÃO 12 MESES APÓS O AUMENTO INESPERADO DE INFLAÇÃO OU DE DESEMPREGO

	Pré-Plano Real – Compromisso (πU)			Pós-Plano Real – Discricção ($U \pi$)		
	Inflação	Desemprego	I. pobreza	Inflação	Desemprego	I. pobreza
Choque na inflação	97	55	47	40	0	0
Choque no desemprego	3	95	24	60	100	82

go, isto é claro para agentes míopes temporalmente. Em todos os demais casos o aumento inesperado da inflação aumenta o desemprego no curto e longo prazos.

No gráfico 2 temos o efeito do aumento inesperado do desemprego sobre a taxa de inflação. Em todos os casos os resultados indicam o fato estilizado de que o aumento da taxa de desemprego reduz a taxa de inflação. Nos gráficos 3 e 4 vemos o efeito do aumento inesperado da inflação e do desemprego sobre o índice de pobreza. No regime pré-Plano Real, ambos os choques aumentavam o índice de pobreza. No período pós-Plano vemos uma redução transitória do índice de pobreza quando da ocorrência de um dos dois choques.

Notação:

Pré – Período pré-Real (1982-94)

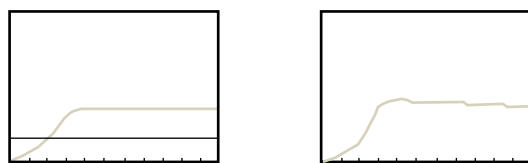
Pós – Período pós-Real (1994-98)

$\pi|U$ – Discricção

$U|\pi$ – Compromisso

Como este é um modelo empírico estamos condicionados às particulares medidas de inflação (INPC), desemprego (PME-IBGE) e pobreza (gerada a partir da PME-IBGE) utilizadas. Portanto, este exercício poderia ser repetido com outras medidas destas variáveis para verificar a robustez dos resultados. Finalmente, e mais importante, uma extensão desejável do modelo aqui apresentado é impor compromissos para a redução da pobreza. O que corresponderia a ado-

Gráfico 1: Efeito sobre o desemprego em até 12 meses após o aumento inesperado da inflação



Pré: U |

U



Pós: U |

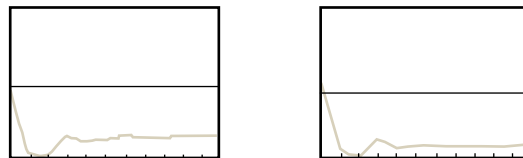
U

Gráfico 2: Efeito sobre a inflação em até 12 meses após o aumento inesperado do desemprego



Pré: U |

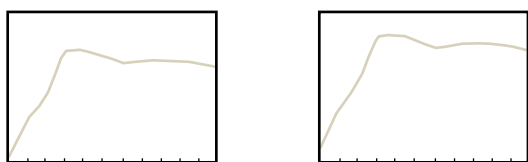
U



Pós: U |

U

Gráfico 3: Efeito sobre a pobreza em até 12 meses após o aumento inesperado da inflação



Pré: U |

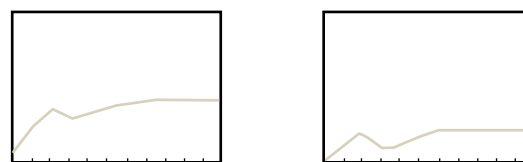
U



Pós: U |

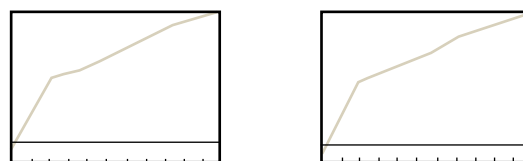
U

Gráfico 4: Efeito sobre a pobreza em até 12 meses após o aumento inesperado do desemprego



Pré: U |

U



Pós: U |

U

ção de metas sociais. O objetivo seria colocar os miseráveis na ordem de nossas prioridades macroeconômicas.

Notas:

Gill I., Neri M., Moreira A. e Dar A. "Critical Unemployment Issues in Brazil and Lessons from International Experience", mimeo, World Bank.

Amadeo, E. e Neri M. "Política Macroeconômica y Pobreza en Brasil" (com Edward Amadeo), en **Política Macroeconômica y Pobreza en América Latina Y El Caribe**, organizadores:

Enrique Ganuza, Lance Taylor and Samuel Morley, Mundi Prensa, Madrid, 1999.

Barro, R. and D. Gordon (1983 a). "Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy". *Journal of Monetary Economics*, 12, 101-122.

Person, T. e Tabellini, G., *Macroeconomic Policy, Credibility and Politics*, Harwood Academic Publishers, 1990.

O modelo:

A equação (1) é uma generalização da curva de Phillips que relaciona a taxa de desemprego esperada com o valor passado de todas as variáveis. A equação pode ser interpretada como uma generalização da regra de política que determina a taxa de inflação esperada a partir do valor passado de todas as variáveis. As equações (3) e (4) definem os aumentos inesperados na taxa de desemprego e na taxa de inflação.

$$E(U_t | t-1) = a(L)U_{t-1} + b(L)\pi_{t-1} \quad (1)$$

$$E(\pi_t | t-1) = a^*(L)U_{t-1} + b^*(L)\pi_{t-1} \quad (2)$$

$$u_t = U_t - E(U_t | t-1) \quad (3)$$

$$e_t = \pi_t - E(\pi_t | t-1) \quad (4)$$

A pobreza não se ajusta instantaneamente, seguindo também um mecanismo de propagação.

$$P_t = a'(L)U_{t-1} + b'(L)\pi_{t-1} + c'(L)P_{t-1} + v_t$$